

# Serra quer Orçamento mais flexível

142

Arquivo/17-1-88

BRASÍLIA — O Deputado federal José Serra (PSDB-SP) afirmou ontem que o futuro Presidente da República deve tomar a iniciativa de, juntamente com o Congresso, derrubar as vinculações orçamentárias constantes da atual legislação, que amarram as verbas públicas a setores predefinidos e impedem o Governo de repassá-las para setores mais necessários. Para sair da crise em que se encontra, o País precisaria, segundo o Deputado e economista, realizar ajustes profundos em suas contas públicas, o que não é feito porque 48,2% das despesas previstas no orçamento são destinados ao pagamento de servidores, ensino, fundos, previdência e outros setores.

Mesmo que o Governo resolva reduzir os gastos nessas áreas, não poderá transferir a sobra de recursos para outro setor. Para tanto, segundo Serra, basta a aprovação de nova legislação. Somente a vinculação com o ensino não pode ser alterada, já que se trata de preceito constitucional.

— Mas, para isto, é necessário um Executivo forte. O Governo Sarney não tem condições de encaminhar essas mudanças — afirmou o Deputado, alertando para as resistências que surgirão.

A atual estrutura do orçamento também reduz o raio de ação do Legislativo, que não pode emendar as despesas referentes às transferências para Estados e municípios, ao pagamento dos servidores e ao serviço da dívida. Tudo isto totaliza 46,2%. Como a parcela restante contém os 48,2% de despesas vinculadas, os parlamentares somente interferem em 5,6% do orçamento, dos quais metade não pode ser alterada sob risco de inviabilizar obras importantes.



Serra: "Futuro Presidente deve tomar a iniciativa junto com o Congresso"

A crise do setor público, segundo Serra, foi causada pela contínua queda da arrecadação, inclusive pelo desgaste dos impostos pela inflação, achatamento das tarifas públicas, aumento dos juros da dívida externa e aumento das despesas.

A deterioração se agravou com o aumento da transferências para os Estados e municípios que, segundo o Deputado tucano, cresceram duas vezes mais que a arrecadação federal entre 1970 e 1988. Com a nova Constituição, os repasses foram ampliados.

Como a receita líquida reduziu-se e as despesas aumentaram, o Governo passou a reduzir investimentos. De acordo com José Serra, entre 1970 e 1988 os investimentos da adminis-

tração direta e autarquias cresceram 60%, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB), que reflete o crescimento da economia como um todo, ficou em 170%.

Este quadro agrava-se em 1989, quando os investimentos deverão cair 30% em relação ao ano passado, enquanto a folha salarial crescerá 13%.

Se esta tendência for mantida, o Deputado José Serra acredita que haverá um colapso, pois, como a receita corrente tem sido reduzida, a folha salarial deverá consumir 86,1% da arrecadação tributária, se forem computados os servidores ativos e inativos da administração federal, enquanto em 1988 este número ficou em 65%.